

Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões Uma visão «quase contemporânea»

A surpreendente relação entre Cultura e Ciência na história de uma instituição no Portugal do século XX

Uma «visão absolutamente moderna», «quase contemporânea», esteve na origem da longa linhagem de instituições que, a partir de 1929 se sucederam até ao atual Instituto Camões (IC - com esta designação a partir de 1992), entidade que este ano entrou numa nova etapa, quando decorre o processo da sua fusão com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), para dar lugar ao novo 'Camões - Instituto da Cooperação e da Língua'.

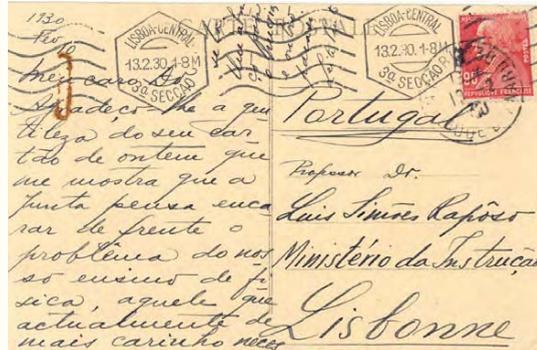
Aquela «visão» não foi a única surpresa que trouxe a história do Instituto Camões e das instituições que o antecederam, feita por uma equipa do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigida por Maria Fernanda Rollo, e agora publicada conjuntamente pelo IC e pela INCM com o título *Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, que vai ser apresentada por Guilherme d'Oliveira Martins, Presidente do Tribunal de Contas, num lançamento que terá lugar a 5 de junho em Lisboa, pelas 17:00, na sede do IC.

«Não conhecíamos várias dimensões desta história, que se revelaram de facto bastante interessantes», diz Maria Fernanda Rollo, que fala também do «contributo inovador» da obra no que respeita a «algumas interpretações sobre a questão da política cultural, por um lado, e da política cultural externa e das questões da ciência e da organização da ciência em Portugal», por outro, durante o século XX em Portugal.

O projeto, de que a obra agora publicada resulta, arrancou em 2008, nos termos de um protocolo assinado no ano anterior entre o IHC e o IC, ao tempo presidido por Simonetta Luz Afonso, na sequência do trabalho, «então em fase de conclusão», de «recuperação e organização de um vasto e valiosíssimo espólio documental» de que o IC é detentor. Em 2010, a nova presidente do IC, Ana Paula Laborinho, «entendeu dar continuidade e criar a oportunidade para o prolongamento e aprofundamento do estudo e organização do património histórico do



Postal enviado por Leite Pinto, durante a sua estadia como bolseiro em Paris. 1930. Arq. do Instituto Camões. (À esquerda) Celestino da Costa, Presidente da JEN e do IAC (1936-1942). Foto da Sociedades das Ciências Médicas de Lisboa



Instituto Camões, lançando novas dinâmicas no contexto mais vasto da promoção de iniciativas no campo da política cultural externa, estudo e valorização da cultura e da língua portuguesas e proporcionou a publicação do livro», escrevem na introdução à obra os seus autores, que são, além de Maria Fernanda Rollo, Maria Inês Queiroz, Tiago Brandão e Ângela Salgueiro.

RAÍZES NA I REPÚBLICA

O IC descende, em linha direta, da Junta de Educação Nacional (JEN), fundada em 1929, para concretizar reflexões e iniciativas várias ocorridas durante a I República, e que teve como primeiro presidente Gago Coutinho, cientista, oficial de marinha, aviador-navegador, geógrafo e historiador.

Maria Fernanda Rollo, vogal da extinta Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, fala de um «conjunto de pessoas» que esteve na sua origem, entre os quais refere João Camoesas (ministro da Instrução Pública da I República), o médico Celestino da Costa e António Sérgio, bem como outros intelectuais, que, ainda antes de 1929, queriam «encontrar meios de estimular e fomentar - como se dizia muito à época - a produção científica em Portugal», combinando - internamente com cultura, «mas sempre com uma grande preocupação no quadro internacional».

No entanto, foi só em plena ditadura militar, nas vésperas do Estado Novo e sofrendo os seus reflexos, embora transcendendo a conjuntura política, que essa instituição é criada duradouramente com a JEN, que nasce com um «intenção múltipla, ou seja, promover a ciência em Portugal, promover a cultura,

divulgá-la no exterior e fazê-lo de uma forma organizada», diz Fernanda Rollo.

A grande novidade que a JEN traz, e que este estudo permitiu estabelecer claramente, é que, pela primeira vez, há em Portugal uma entidade que «se preocupa e que leva a cabo uma proposta de organização do sistema científico nacional», sublinha Fernanda Rollo. A investigadora observa que este «projeto muito consistente» é feito «a partir de uma análise muito atenta e de um convívio muito instantâneo com organismos semelhantes no quadro internacional», antes e depois da I Guerra Mundial, por uma elite «muito internacionalizada» - em que se destacaram os médicos - que tem contactos permanentes com sedes de instituições na Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Reino Unido, que a inspiram, mas que ela não copia.

A estratégia que esse grupo define passa por um «investimento claro» na atribuição de bolsas a cientistas nacionais, «que lhes permita trabalhar lá fora, estudar e aprender», e na criação de instituições no país que os possam acolher no seu regresso, explica Fernanda Rollo. Já com Bernardino Machado se fala do interesse de enviar bolseiros estudar fora do país, mas a partir da JEN esta orientação será uma constante dos institutos que lhe sucederão.

Esta «visão absolutamente moderna» e «quase contemporânea», como atesta a sua replicação em Portugal nos nossos dias, «tem uma dimensão curiosa à época», que é o facto de relacionar a ciência e a cultura «com as questões do fomento e do desenvolvimento económico, percebendo a importância da promoção da ciência para o desenvolvimento económico».



Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões
Autores: Maria Fernanda Rollo, Maria Inês Queiroz, Tiago Brandão e Ângela Salgueiro
Edição Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

PARADOXO

Com a chegada do germanófilo Carneiro Pacheco ao Ministério da Educação Nacional, a JEN é integrada em 1936 neste ministério, com a designação de Instituto para a Alta Cultura (IAC, que passará a Instituto de Alta Cultura em 1952). São os anos que a historiografia associa habitualmente «a uma certa prática de política cultural, a designada 'política do espírito', e em que percebemos que o investimento do Estado Novo em matérias de desenvolvimento económico e científico é menor».

Mas Fernanda Rollo diz que «de facto, não é assim». «Em termos de política científica, tal como nós a entendemos hoje, mesmo à escala internacional, só podemos falar nela a partir da II Guerra Mundial, mas há de facto uma política para a ciência» no IAC, combinada com as outras dimensões - a questão da língua e da política cultural externa.

Para o explicar, a investigadora

lembra que à frente da JEN/IAC, entre 1934 e 1942 esteve o médico Celestino da Costa, «um homem que entrará em conflito com o regime». «Há aqui um quadro de sobrevivência e de resistência que se nota muito bem entre aquilo que é o ideário progressista e o programa da JEN e o que é a agenda do Ministério da Educação Nacional de Carneiro Pacheco, que coexistem, não sem conflitos», explica.

«Paradoxalmente, acaba por ser o Estado Novo que dota a JEN dos meios financeiros necessários para a sua concretização», considera, sublinhando que «boa parte do que existe no campo da ciência é [feito] a partir dali». «A quantidade de espaços de investigação, criados nas diversas áreas científicas, que chegam até ao Estado Novo são praticamente todas eles emergentes a partir ou associados ao IAC», acrescenta.

Essa política traduziu-se na atribuição, ao longo dos anos, de milhares de bolsas e na criação e subsídio de inúmeros centros de investigação, próprios ou nas universidades. «Tudo quanto foi gente de nomeada passou por lá [o IAC]. Com subsídio, com bolsa, indo para fora, ficando cá dentro, é raro o protagonista que, no campo da ciência, da cultura ou das artes que se tenha afirmado em Portugal que não tenha tropeçado no IAC, numa das suas diversas formulações».

Da mesma forma, a obra lista cerca de uma centena de centros de investigação, quer do próprio IAC quer por este apoiados, criados entre 1932 e 1974, cobrindo praticamente todos os ramos da ciência, desde a Filologia (o primeiro centro de investigação da JEN, em 1932), passando por áreas especializadas da História, Etnologia, Direito, Matemática, Física, Química, Medicina, Ciências Naturais, Meteorologia, Geofísica, Geografia, Engenharia até ao Nuclear.

Nestes centros «gravitamos» ou estão-lhes associados, «entre cenários de conflitualidade ou não», a maior parte dos protagonistas da ciência em Portugal nestes anos. «Mesmo aqueles que, evidentemente, têm um passado, uma vivência e uma afirmação oposicionista em relação à ditadura», diz Fernanda Rollo, que deteta, no entanto, «um certo conservadorismo» na aplicação de fundos do IAC, «quer no que diz respeito às áreas científicas, quer no que diz respeito às pessoas». E exemplifica: «as senhoras que pedem apoio recebem - no âmbito da cultura e das artes, mas não nas áreas científicas. E isto está sempre implícito. Há aqui várias leituras conservadoras, mesmo entre os mais progressistas que estão dentro do IAC».

Todavia, há «sensibilidades interessantes» no campo científico, no que toca, por exemplo, ao nuclear, após a II Guerra Mundial, como aconteceu noutros países. O IAC tem um papel chave nos estudos, na criação de unidades de investigação e da própria Junta de Energia Nuclear, em 1949. «São áreas con-

servadoras, mas também são áreas estratégicas», considera.

SEPARAÇÃO DE ÁGUAS

Esta linha abrangente, que engloba ciência, língua e cultura e a sua projeção no exterior na mesma instituição vai durar até aos anos 60, quando se dá uma «bifurcação» – na expressão de Fernanda Rollo –, com a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), antecessora da atual Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cuja história a equipa da professora da Universidade Nova está também a fazer a partir do Arquivo Nacional de Ciência e Tecnologia, aberto em dezembro passado.

Esta ramificação tem o seu «herói» em Francisco Leite Pinto, formado em Matemática e engenheiro-geógrafo, bolseiro da JEN em Paris, primeiro leitor português na Sorbonne, depois secretário-geral da JEN, presidente da Comissão de Estudos de Energia Nuclear do IAC, ministro da Educação Nacional (1955-61), reitor da Universidade Técnica e primeiro presidente da JNICT. Um homem que Fernanda Rollo descreve como tendo «uma

lho informativo denso e minucioso sobre as vicissitudes da história da instituição, como também dos seus protagonistas. «Tudo o que tem a ver com os leitorados, o desenvolvimento, desenho e celebração dos acordos culturais com o mundo inteiro, a criação dos espaços de língua portuguesa, a questão do ensino», a política cultural externa e, «mais recentemente, as alterações da tutela do próprio instituto», entre os ministros da Educação e dos Negócios Estrangeiros, está lá.

Fernanda Rollo sublinha que, seguindo o paradigma da França – «o primeiro país e o mais bem-sucedido numa prática de política cultural externa» – e em antecipação ao que fizeram depois os países anglofónos, Portugal tem a percepção da importância da política cultural externa «desde sempre: há um quadro, há uma prática de diplomacia cultural e, depois, o desenho daquilo que deve ser uma política cultural externa, que vai crescendo, obedecendo aos contornos, aos matices e idiossincrasias de cada conjuntura política».

Uma delas será a da guerra colonial, nos anos 60, em que,



Posse da Comissão de Energia Nuclear do IAC, 5 de março de 1954. Arq. do Instituto Camões

dimensão e uma visão do que deve ser o investimento na ciência e no desenvolvimento da ciência absolutamente notável, desde muito jovem».

O papel do IAC fora também já importante no aparecimento do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), criado em 1946 a partir do Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais do Ministério das Obras Públicas e do Centro de Estudos de Engenharia Civil do IAC, fundado em 42 e sediado no Instituto Superior Técnico.

A «separação de águas», como a descreve Fernanda Rollo faz com que língua, cultura e a sua promoção externa passem a estar cada vez mais conotadas com a missão do IAC e dos seus sucessores (ICP – Instituto de Cultura Portuguesa, de 1976 a 1980, e ICALP – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, de 1980 a 1992), em particular do IC.

O livro faz o levantamento de toda esta realidade, com um traba-

segundo a investigadora, «vemos o exercício da política cultural externa no seu melhor, à imagem do que já vinha acontecendo nos Estados Unidos com o início da ‘guerra fria’ e o combate ao comunismo». «O que se percebe no quadro da guerra colonial é que há um esforço efetivo no sentido da orientação da política cultural externa, sobretudo através da ação dos leitorados, na legitimação do regime. E isso vê-se em múltiplas ações».

O livro, no dizer da professora da Universidade Nova, recolhe as sucessivas mudanças de orientação das políticas, com o 25 de abril, com «a abertura e o protagonismo no âmbito da comunidade dos países de língua oficial portuguesa, a relação mais estreita com o Brasil, uma tentativa de afirmação no quadro da Europa, das instituições europeias e da União Europeia e também o seu papel como protagonista de uma língua das mais faladas do mundo inteiro». JL

Cronologia

1923
29 de dezembro – É constituída no Ministério da Instrução Pública a Junta de Orientação dos Estudos. Não chega a entrar em atividade.

1924
6 de setembro – O governo português reconhece a utilidade pública da Junta de Educação (Instituto Promotor do Melhoramento da Cultura Nacional e da Investigação Científica).

1928
Projeto de criação da Junta de Educação Nacional, elaborado por uma comissão nomeada pelo ministro da Instrução, Duarte Pacheco.

1929
16 de janeiro – É criada a Junta de Educação Nacional.

1931
14 de dezembro – Criação de uma comissão junto da JEN para elaborar um plano de conjunto para a expansão da língua portuguesa.

1952
17 de março – O Instituto para a Alta Cultura é reorganizado, tornando-se autónomo da Junta Nacional de Educação. Passa a designar-se Instituto de Alta Cultura. (IAC)

1954
29 de março – Criação da Junta de Energia Nuclear e da Comissão de Estudos de Energia Nuclear.

1964
16 de novembro – Reforma orgânica do IAC.

1973
15 de novembro – Reorganização do IAC.

1976
9 de julho – Decreto n.º 538/76 que determina a criação do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). Publicação do decreto-lei n.º 541/76, segundo o qual o IAC passa a designar-se Instituto de Cultura Portuguesa.

1992
15 de julho – É criado o Instituto Camões (IC), substituindo o anterior Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

1994
24 de fevereiro – A nova lei orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros acentua a sua missão em matéria de (...) *promoção e defesa dos interesses portugueses no exterior*, pela reorganização dos respetivos órgãos e serviços, nomeadamente pela incorporação do Instituto Camões sob tutela deste Ministério.

1998
12 de novembro – Alteração à Lei Orgânica do IC.

2010
Desde 1998, a rede de docência do IC cresceu de 148 leitorados e cátedras para um total de 294 instituições cooperantes.

1 de fevereiro – A rede de Ensino Português no Estrangeiro transita do Ministério da Educação para o IC.

2012
30 de janeiro – É publicado o decreto-lei n.º 21/2012, que procede à fusão do Instituto Camões com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, dando origem ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Moçambique
Primeiros mestres em Interpretação de Conferência

«Oito estudantes obtiveram em maio a sua graduação em Interpretação de Conferência após os primeiros exames finais do respetivo Mestrado, realizado na Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes da Universidade Pedagógica de Moçambique (UPM), em Maputo.

O Mestrado é um dos dois lançados pela UPM na área de Interpretação e Tradução em 2010, ao abrigo de um protocolo de cooperação por três anos, assinado em 2009 entre aquela universidade, o Instituto Camões (IC) e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), com o objetivo de reforçar as condições para o alargamento do uso do idioma português nas instâncias internacionais. O projeto iniciou-se com português, inglês e francês, mas pretende vir a incluir o árabe e o suahili.

O português é a língua oficial de diversas organizações internacionais africanas, quer continentais, como a União Africana, quer regionais, como a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e a ECOWAS (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). E a sua adoção como idioma oficial pelo sistema das Nações Unidas tem sido defendida pelos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Vinte e três estudantes – 20 moçambicanos e 3 estrangeiros – foram admitidos na 1ª edição do Mestrado de Interpretação, depois de terem passado por um processo de seleção de acordo com as combinações linguísticas que pretendiam seguir: português-ínglês, português-francês ou português-ínglês-francês. No entanto, só 21 frequentaram o Mestrado e apenas 18 fizeram os exames finais na 1ª época. Destes, oito obtiveram resultados positivos nas 4 provas realizadas, 6 foram

aprovados em duas provas e 4 terão de repetir todos os exames na 2ª época, em outubro/novembro próximo.

Entre os primeiros graduados destacou-se o estudante moçambicano Rui Allen, com uma média de 18 valores, com uma prestação considerada «excelente» pelo júri presidido por Carla Maciel (UPM) e constituído por Garry Mullender (FLUL), Delphine Servoz-Gavin (FLUL) e Fernando Leitão (Comissão Europeia). Os estudantes estrangeiros, bolseiros do IC, Anasthasie Angoran (docente de uma universidade da Costa do Marfim) e Kayodé Dedege (intérprete do Benim), também obtiveram boas classificações. Sucesso teve igualmente o moçambicano Hélio Ngoenha, o único estudante que realizou os exames nas três línguas. Os exames integraram, ainda, um conjunto de observadores, docentes da UPM e o leitor do IC em Maputo, António Marques.

O Mestrado que agora produzirá os seus primeiros graduados arrancou no 2º semestre de 2010 (agosto/setembro), segundo o calendário escolar moçambicano, e teve coordenação de Carla Maciel, da UPM, e como coordenador científico Garry Mullender, professor da FLUL.

Os docentes do curso foram professores da UPM e da FLUL. Os primeiros lecionaram as disciplinas de língua (Português Oral, Inglês Oral, Francês Oral) e de Cultura Geral (Interculturalidade, Relações Internacionais, Pensamento Africano). Os docentes da FLUL lecionaram as disciplinas técnicas de Interpretação Consecutiva e Simultânea. O curso contou também com a colaboração de formadores dos Serviços de Interpretação da Comissão Europeia, que apoiaram a lecionação de algumas disciplinas de interpretação.

Carla Maciel diz que os graduados do curso têm «perspetivas boas de emprego em organizações internacionais ou organizações não-governamentais». A UPM vai agora divulgar informação sobre os graduados junto de organizações regionais e internacionais.

Quanto a uma nova edição do Mestrado, será tomada uma decisão pela UPM, após uma «avaliação criteriosa» do curso agora terminado. No entanto, Carla Maciel admite a abertura de uma nova edição, «dado o interesse demonstrado e a oferta de novos apoios por parte de organizações internacionais». JL



Universidade Pedagógica, Maputo

Macau a preto e branco

Exposição de fotografias no Instituto Camões



«*Macau à socapa* é o título da exposição de fotografia da autoria de Marcos Fernandes que está patente entre 31 de maio e 29 de junho, no Instituto Camões, em Lisboa. São 14 fotografias a preto e branco, ampliadas a partir de película, que pretendem mostrar, através de breves relances, momentos fugazes do quotidiano de uma cidade sempre em movimento. Segundo o fotógrafo trata-se de «imagens captadas durante caminhadas tendo como única companhia uma velha máquina fotográfica».

A riqueza de Macau não tem cessado de crescer, assente sobretudo nas

receitas dos casinos que trazem diariamente ao território milhares de turistas e de apostadores. No entanto, a par desse movimento sem fim, mantém-se um estilo de vida tradicional que parece retido no tempo. *Macau à socapa* é uma espreitadela a esse quotidiano de vivências e convivências nas ruas.

Marcos Fernandes (n. 1979, Sintra) é jornalista de rádio e fotógrafo freelancer. Recebeu o *Prémio Fotográfico Carlos Gil* e ficou em 2º lugar em *Um Certo Olhar*, atribuído pelo *Público* e o BES. Tem uma licenciatura em Comunicação Social, pelo ICSPP (Universidade Técnica de Lisboa), uma pós-graduação em Estudos de Fotografia, pelo IADE, e finaliza um mestrado em Antropologia Visual, pela FCSH (Universidade Nova de Lisboa). Estudou História da Arte na Sociedade Nacional de Belas Artes.

França

Festival *Rio Loco* sob o signo da lusofonia



«Onde é que se pode ver e ouvir, no espaço de poucos dias, Madreux e Lenine, Ferro Gaita e Carlos Bica, Mariza e Paulo Flores, Ghorwane e António Chaiinho, Jaques Morelenbaum e Super Mama Djombo, ou Tito Paris, ou António Zambujo, ou Nancy Vieira... tudo isto servido sob o signo da lusofonia num 'caldo' em que também há circo, poesia, marionetas, capoeira e artes visuais variadas?»

O local é Toulouse, onde anualmente o município local desta cidade do sudoeste da França promove um festival cultural de verão de grande envergadura, com o nome de *Rio Loco*, que este ano, na sua 18ª edição, entre 13 e 17 de junho, tem a lusofonia como tema.

Cerca de cem mil pessoas assistem todos os anos ao festival, onde, desde 1995, já passaram nomes como Omara Portuondo, George Clinton and Parliament Funkadelic, Calle 13, Hugh Masekela, Los Lobos, Emir Kusturica, Paco de Lucia, Rachid Taha, Orchestra Baobab e Chavela Vargas.

África Austral

Aumenta número de alunos de português nos países anglófonos

«O número de alunos de português nos países anglófonos da África Austral aumentou 12 por cento nos últimos 3 anos, abrangendo agora 5.225 estudantes, declarou Rui Azevedo, coordenador da rede de Ensino Português no Estrangeiro do Instituto Camões naquela região, sediado em Pretória, na África do Sul.

Nas VI Jornadas de Língua Portuguesa, em Maputo, Rui de Azevedo afirmou que estão matriculados 3.500 alunos na África do Sul, 1.339 na Suazilândia, 643 na Namíbia e 227 no Zimbábue.

Em declarações à Agência Lusa, à margem da conferência, Azevedo disse que o grupo de alunos de português nos países da África Austral é constituído por «lusodescendentes e filhos de lusofalantes de Angola e Moçambique e também por pessoas e filhos de pessoas sem qualquer ligação histórica» com a língua portuguesa.

Retrospectiva de Reis no Harvard Film Archive



MARIE ANTONIO REIS, COLAÇÃO ENFEREIRA PORTUGUESA HARVARD CENTRAL

«Uma retrospectiva da obra dos cineastas portugueses António Reis e Margarida Cordeiro e de realizadores a que esteve ligado ou por si influenciados, como Manoel de Oliveira, Paulo Rocha, Joaquim Sapinho, João Pedro Rodrigues, Pedro Costa, Manuela Viegas e Vítor Gonçalves, realizou-se em maio na cinemateca da Universidade de Harvard, integrando a programação ainda a decorrer do 7º Festival Português de Boston – apoiado pelo Instituto Camões – que este ano, além do cinema, apresenta música clássica, literatura, as tradicionais regatas de barcos açorianos e um espetáculo equestre.

A evocação da cinematografia de Reis (1927-1991) – autor «pouco

conhecido nos Estados Unidos», mas «reverenciado no seu Portugal natal» – e dos seus parceiros e discípulos foi justificada pelo Harvard Film Archive, que organizou a retrospectiva na sua sala do Carpenter Center for the Visual Arts, em Harvard, nos arredores de Boston, entre 18 e 26 de maio, pela «influência incomensurável» que o realizador português exerceu no «renascimento do cinema português» e na nova geração de cineastas que emergiu nas décadas de 80 e 90 do século passado.

Foi destacada a sua associação a Manoel de Oliveira, como ele do Porto, que o convidou para assistente de direção da sua «primeira obra-prima radical» (no sentido etimo-

Fado em Madrid

«Mariza, Ana Moura e Ricardo Ribeiro são as cabeças de cartaz do festival de fado a que Madrid vai assistir e ouvir de 21 a 24 de junho nos sofisticados Teatros do Canal, numa iniciativa de duas produtoras portuguesas – 'Alto e Bom Som' e 'Everything is New' – apoiadas, entre outros, pelo Instituto Camões.

O festival, que promotores reivindicam como «a maior mostra de fado a nível internacional» e «oportuniidade para a afirmação dos artistas portugueses no panorama da música internacional», é uma reedição do que se realizou em 2011 na capital espanhola, seguindo figurino semelhante, com espetáculos, exposição e conferências, mas com outros protagonistas. Há um ano, em plena campanha para obter a declaração do fado como património imaterial da Humanidade pela UNESCO, os protagonistas foram Carlos do Carmo, Cuca Roseta e Carminho, a qual, notam os organizadores do evento, «meio ano depois, seria a primeira artista portuguesa a chegar ao nº 1 do *top* espanhol»,

«muito por culpa de uma bem-sucedida colaboração com Pablo Alborán» – acrescenta Luís Chaby Vaz.

O conselheiro cultural na Embaixada portuguesa em Madrid explica que a presença de nomes grandes do fado nos palcos espanhóis «é uma constante» e as suas principais figuras apresentam-se frequentemente nos palcos espanhóis com êxito. Descreve o mercado espanhol como «maduro» em que a declaração da UNESCO pouco acrescentou. «As salas apresentam os cantores e não o 'fado e este fenómeno passa-se um pouco por todo o território, não apenas nos grandes centros de Barcelona e Madrid».

Este ano o festival decorre sob o signo das «casas de fado», recriadas no primeiro espetáculo, a 21 de junho, dirigido pelo fadista Rodrigo Costa Félix, com a participação de jovens intérpretes. As «casas de fado» serão também o tema da exposição que o festival leva a Madrid, com a colaboração da EGEC e do Museu do Fado, cuja diretora, Sara Melo Pereira, preferirá uma conferência sobre o fado como património na capital espanhola.

lógico da palavra) *Ato da Primavera* (1963), projetado na mostra, em que trabalhou também Paulo Rocha, o autor do mítico *Verdes Anos* (1963), película fundadora do 'Novo Cinema' português, e que nesta retrospectiva em Harvard foi evocado pelo filme *Mudar de Vida* (1966).

No dizer da cinemateca da Universidade de Harvard, «o modo pioneiro do cinema etnográfico poético que Oliveira e Reis definiram guiou o curso das quatro obras extraordinárias que Reis codirigiu com sua mulher, a psicóloga Margarida Cordeiro (n. 1939), culminando em *Trás-os-Montes* (1976), uma busca lírica da verdadeira "alma" da cultura e da história portuguesa nos mitos e no folclore camponês presentes na remota região do extremo norte de Portugal». Os outros filmes apresentados foram *Jaime* (1974), *Ana* (1985) e *Rosa de Areia* (1989).

«Admirado por nomes como Joris Ivens, Jean Rouch e Jean-Marie Straub, os filmes de Reis e Cordeiro inventaram uma linguagem filmica poeticamente libertada e cinematograficamente hipnótica, um estilo e uma sensibilidade que definiram o rumo da duradoura tradição portuguesa de cinema radical, exercendo uma influência formativa, por exemplo, sobre João César Monteiro».

O legado de António Reis, enquanto professor na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa, foi destacado com o visionamento de uma seleção de obras de alunos seus (Pedro Costa, João Pedro Rodrigues e Joaquim Sapinho). Lugar ainda para *Glória* (1999), o único filme de Manuela Viegas, que integrou a secção competitiva do Festival de Cinema de Berlim, e *Uma Rapariga no Verão* (1986), de Vítor Gonçalves, que sucedeu a Reis na Escola Superior de Teatro e Cinema. JL

A outra conferência do programa do festival será do antropólogo e gestor cultural Paulo Lima, que abordará as origens do fado, desenvolvendo a tese da sua filiação operária, em ultrapassagem do clássico debate sobre as origens brasileira ou portuguesa.

Na mesma linha de promoção informada, o festival organiza uma oficina de trabalho 'Fado Comentado', com José Pracana e exhibe documentários sobre Alain Oulman, Fernando Maurício e Celeste Rodrigues. JL



Instituto Camões
Avenida da Liberdade, nº 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jlenca@instituto-camoes.pt
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Mário Filipe
COLABORAÇÃO Carlos Lobato